



# Anais da Assembleia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

## EMENDA N° 001

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 219/90  
(Lei de Diretrizes Orçamentárias)

Acrescente onde couber:

"Art...-O Estado não iniciará obra rodoviária nova sem antes completar a ligação rodoviária entre a Capital e os Municípios ainda não servidos por rodovia pavimentada, mediante projeto especial de investimento a ser submetido à Assembleia na Lei Orçamentária anual e lei do orçamento plurianual".

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

A ligação rodoviária por via pavimentada é fundamental para a integração de municípios e regiões ao conjunto da comunidade paranaense, constituindo o "ecúmeno" estadual.

O Paraná tem uma rede viária crescentemente integrada, mas ainda restam pequenos trechos para interligação de Municípios, notadamente na sua posição geográfica situada ao leste e litoral do Estado.

Pela ordem, faltam as ligações entre Curitiba e as cidades do vale da Ribeira, notadamente Cerro Azul, onde se acha interrompida a construção da PR.092, numa distância de 54 quilômetros entre esse município e Rio Branco do Sul; Adrianópolis, onde já existe o projeto de engenharia para a pavimentação do trecho em terra da BR-476 (Estrada da Ribeira) numa distância de 92 Km, - desde Bocaiúva do Sul, via Tunas - que também será Município autônomo a partir das eleições de 1992 - e no Litoral.

Nessa última área a ligação até Guaraqueçaba deverá prosseguir desde a região de Cacatu, com 80Km, pela BR 405; sendo que os estudos de engenharia levaram em conta o possível impacto ecológico decorrente.

O ordenamento dos investimentos públicos a ser fixado na LDO permite esta especificação do plano rodoviário, atendendo inclusive os preceitos da Constituição Estadual, Ato das Disposições Transitórias, art. 41 que determina especial atenção do Poder Público para a integração das regiões do Litoral e Vale da Ribeira.

## EMENDA N° 002

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 219/90

Substitua-se no Anexo I, inciso III n° 4, pelo seguinte:

Onde se lê: "- Construção e pavimentação de trechos rodoviários".

Leia-se:

"- Construção e pavimentação de trechos rodoviários, com prioridade para a ligação com as sedes municipais ainda não servidas por rodovias pavimentadas.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) ANIBAL KHURY

## EMENDA N° 003

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 219/90

Acrescente-se o parágrafo 5° seguinte ao art. 11 do Projeto:

"Parágrafo 5° - Na execução orçamentária anual, os recursos previstos no artigo 136 da Constituição Estadual serão entregues respectivamente à Mesa da Assembleia Legislativa e ao Órgão Diretor do Tribunal de Justiça, que farão sua distribuição no âmbito dos respectivos Poderes.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) ANIBAL KHURY

## EMENDA ADITIVA N° 004

Art...-Os recursos tributários referidos no Art. 205 da Constituição do Estado serão geridos, em caráter provisório, pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia CONCITEC.

Parágrafo Único - Os recursos tributários definidos neste artigo serão repassados pelo Tesouro Geral do Estado, em duodécimos e mensalmente depositados no Banco de Desenvolvimento do Paraná-BADEP, em conta especial do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCITEC, instituído pela Lei Estadual n° 8387, de 15 de outubro de 1986.

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) CAÍTO QUINTANA

## EMENDA MODIFICATIVA N° 005

No quadro de participação relativa, previsto no artigo 20 do Projeto de Lei n° 219/90, o item "Secretaria de Estado e Comunicação Social" passa a ser redigido com os seguintes percentuais:

"Outras despesas correntes: 0,05%"

"despesas de capital: 0,20%"

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) PEDRO TONELLI

## JUSTIFICATIVA:

Destinar 5% (cinco por cento) para Comunicação Social constitui-se num absurdo inominável.

Ainda que no Anexo II - Prioridades e metas, se esteja dizendo que em comunicação deve-se priorizar a "implantação e operação dos sistemas de radiodifusão de sons e imagens", o percentual é exagerado,

até porque o percentual previsto (5%) se destina a custear "despesas correntes" e não "de capital".

O percentual de 0,05% é o mesmo destinado para a Secretaria de Estado, Indústria e Comércio.

#### EMENDA ADITIVA N° 006

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 219/90, Lei de Diretrizes Orçamentárias, o seguinte artigo:

"Art...- É vedada a inclusão de dispositivo que permita a anulação de dotações orçamentárias, para posteriormente centralizá-las e destiná-las a qualquer forma de comunicação social, mormente propaganda e publicidade."

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a presente emenda evitar a velha prática de dissimulação de dotações orçamentárias para propaganda oficial, subdividindo-as por entidades ou órgãos da Administração, visando posterior centralização mediante anulação das respectivas dotações.

#### EMENDA N° 007

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 219/90, o seguinte artigo:

"Art...- Os percentuais autorizatórios para suplementações orçamentárias sem novas autorizações legislativas, não poderão ultrapassar a 15% (quinze por cento) do total das receitas.

Parágrafo Único - O mesmo limite deverá ser observado nas autorizações para antecipação de receitas."

Sala das Sessões, em 13.08.90

(a) PEDRO TONELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A possibilidade de atualização monetária das respectivas receitas e despesas, prevista no artigo 3° do Projeto, dispensa o limite autorizatório maior do que o que está sendo proposto.

#### EMENDA ADITIVA N° 008

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 219/90, o seguinte artigo:

"Art....- Na destinação de recursos orçamentários para a área agrícola, a prioridade absoluta deverá ser os programas e projetos que beneficiem os pequenos e médios produtores rurais, conforme prevê a Constituição do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) PEDRO TONELLI

#### EMENDA N° 009

O número 11, do item III, do Anexo I do Projeto de Lei n° 219/90, passa a ter a seguinte redação:

#### ANEXO I

I -...

II-...

III- PODER EXECUTIVO.

.....

.....

11 - Cultura

- Preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Estado, mediante a restauração, revitalização, conservação de bens culturais e reconstituição de parte da Colônia Cecília, nos termos do art. 32, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

- Difusão cultural

- Implantação e operação dos sistemas de radiodifusão de sons e imagens.

Sala das Comissões, em 12.08.90

(a) ACIR MEZZADRI

#### EMENDA N° 010

Fica acrescentado ao art. 32, o seguinte parágrafo:

- As agências financeiras oficiais na concessão de financiamentos, observarão as seguintes políticas:

I - redução das desigualdades intra e inter regionais;

II - prioridade para projetos de agricultura irrigada e para agro-indústria;

III - atendimento à micro e as pequenas e médias empresas, bem como, aos mini, pequenos e médios produtores rurais.

IV - prioridade para empreendimentos destinados à geração de empregos, especialmente aos relativos à produção de bens de consumo de massa.

Sala das Comissões, em 13.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### EMENDA N° 011

Acrescente-se ao art. 14, o parágrafo seguinte:

A lei orçamentária consignará os recursos necessários para atender as despesas que decorrerem da implantação do Regime Jurídico Único e dos planos de carreira do servidor.

Sala das Comissões, em 13.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### EMENDA N° 012

Acrescente-se ao artigo 8°, o parágrafo seguinte:

" Fica vedado a destinação de recursos para acréscimo da frota de veículo de representação, nos três Poderes".

Sala das Comissões, em 13.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### EMENDA N° 013

O quadro demonstrativo de despesas in-

tegrante do art. 20, do Projeto de Lei n° 219/90, obedecerá os seguintes percentuais:

TOTAL 96,90 93,34

Sala das Comissões, em 12.08.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Órgão	Outras Desp. Correntes	Despesas Capital
Chefia do Poder Executivo	2,60	3,00
Procuradoria Geral do Est.	0,50	0,02
Secret. de Est. do Planej. e Coord. Geral	1,57	0,15
Secret. de Est. da Comunic. Soc.	4,00	0,20
Secret. de Est. da Administr.	5,80	1,80
Secret. de Est. da Fazenda	8,00	3,71
Secret. de Est. da Agricul. e do Abastec.	21,00	5,40
Secret. de Est. da Cultura	3,00	0,62
Secret. de Est. do Desenv. Urbano e do Meio Ambiente	4,74	17,97
Secret. de Est. da Ind. e do Com.	1,00	-
Secret. de Est. da Saúde	7,00	2,00
Secret. de Est. da Segur. Pública	14,40	6,00
Secret. de Est. dos Transportes	11,00	50,00
Secret. de Est. da Just. Trabalho e Ação Social	6,00	2,80
Minist. Público	1,29	0,17

Parágrafo Único - Além das vinculações legais fica acrescido mais 5% para Educação.

#### EMENDA ADITIVA N° 014

Acrescente-se ao Capítulo V - Das Disposições Gerais e Transitórias - do Projeto de Lei n° 219/90, o seguinte artigo:

"Art... - Durante o processo de apreciação do Projeto da Lei Orçamentária Anual pela Assembléia Legislativa, as informações inseridas no Sistema de Processamento da elaboração do orçamento estadual ficarão à disposição do Poder Legislativo, que poderá proceder os devidos ajustamentos, respeitados os termos do artigo 134, da Constituição Estadual".

Sala das Sessões, em 12.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### EMENDA N° 015

#### AO PROJETO DE LEI N° 219/90

O quadro de prioridades e metas a serem observadas na elaboração do Orçamento Fiscal, constante do Anexo I, item I - PODER LEGISLATIVO - na parte que se refere à realização de cursos internos e externos, passa a ter a seguinte redação:

- .....  
- .....  
- .....

- Realização de cursos internos e externos de matérias ligadas as áreas de orçamento, auditoria e análises de balanços, processo legislativo, Direito Constitucional e Administrativo.

- .....

Sala das Comissões, em 12.08.90.

(a) CAÍTO QUINTANA